

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2010**  
(Do Sr. Raul Jungmann)

*Requer informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional sobre solicitação de quebra de sigilo fiscal de oficiais do exército.*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Félix, pedido de informações sobre a noticiada solicitação de quebra de sigilo fiscal de oficiais do exército brasileiro nos seguintes termos:

1. Objetivo da solicitação de quebra de sigilo fiscais dos oficiais do Exército;
2. Quais oficiais do Exército tiveram seus sigilos fiscais quebrados nos últimos dois anos;
3. Fundamento legal que legitima solicitações de tal natureza e que legitimou a ação específica;
4. A motivação da solicitação;
5. Para que serviria a informação prestada;

6. Quem era ou quais eram os destinatários finais da referida solicitação;
7. Em que situações são solicitadas informações de tal natureza relativas a oficiais da ativa, da reserva e reformados das Forças Armadas;
8. Quem ordenou tal solicitação.

## **JUSTIFICATIVA**

Segundo a imprensa, o Gabinete de Segurança Institucional – GSI da Presidência da República solicitou à Receita Federal a quebra do sigilo fiscal, do período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009, dos seguintes oficiais, da ativa e da reserva, do Exército Brasileiro: Raymundo Nonato da Cerqueira Filho, Marius Luiz Carvalho Teixeira Neto, Carlos Alberto Brilhante Ustra, Francisco Roberto de Albuquerque e Cid Canuzzo Ferreira. O objetivo de tal investigação seria o de municiar o governo com informações de alguns expoentes militares que teriam posições discordantes às do governo em questões específicas. O general Maynard Santa Rosa, que era o chefe de Pessoal do Exército, fez críticas à “Comissão da Verdade”, do Plano Nacional de Direitos Humanos. O general Raymundo Cerqueira Filho, hoje no Superior Tribunal Militar, fez críticas à participação de homossexuais nas Forças Armadas. O general Francisco Albuquerque, ex-comandante do Exército no atual Governo, também foi uma das vítimas. Teve também a vida fiscal devassada o general Marius Luiz Carvalho Teixeira Neto, atual Comandante Logístico do Exército, os coronéis Cid Canuzzo Ferreira, morto em dezembro

durante um assalto no Rio, e Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de tortura a presos políticos durante o regime militar.

Segundo a imprensa, a ordem do GSI chegou ao Ministério da Fazenda pelo sistema “Note”, de comunicação entre ministros, às 15h37 de 18 de janeiro. O pedido foi enviado à Receita às 13h08 de 23 de janeiro. Extrato da resposta enviada pela Receita Federal foi apresentado pela imprensa e comprova a investigação. No comprovante da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita, são citados os alvos e o solicitante: “Alfa 1 Presidência da República/GSI”. Alfa 1 seria o grupo de auditores fiscais da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita a serviço da Presidência da República. O general Jorge Félix, segundo noticiado pela imprensa, negou tudo em ofício ao Comandante do Exército.

Diante disso, apresentamos o presente Requerimento de Informações com o objetivo de melhor municiar este Parlamento para questões que envolvem a estudos estratégicos e atividades de informação e contra-informação.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 2010.

**Deputado RAUL JUNGMANN  
PPS/PE**